Deputada Coronel Fernanda exige explicações públicas de ministro do STF sobre investigação do Banco Master

Parlamentar pressiona por transparência após novas revelações envolvendo magistrado e ex-banqueiro; defende afastamento voluntário

Brasília - A deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) intensificou os questionamentos direcionados ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, em razão dos desdobramentos recentes da investigação que envolve o Banco Master e expõe possíveis ligações entre o magistrado e o empresário Daniel Vorcaro.

Com discurso contundente, a parlamentar solicitou que Moraes apresente esclarecimentos públicos acerca dos achados investigativos e argumentou que, considerando a magnitude dos acontecimentos, o próprio ministro deveria solicitar seu afastamento do cargo.

"Se vivêssemos em uma nação onde instituições funcionassem corretamente, Alexandre de Moraes já teria requerido seu próprio afastamento, dispensando intervenções externas. Porém, mantenho a convicção de que toda a verdade emergirá", declarou a deputada.

Na avaliação de Coronel Fernanda, a questão transcende embates político-partidários, devendo ser compreendida sob a perspectiva da clareza administrativa e equidade jurídica. A parlamentar também apoiou o prosseguimento de um novo pedido de destituição protocolado no Senado Federal contra o magistrado.

"Quando fatos dessa magnitude vêm à público, os brasileiros conquistaram o direito de conhecer cada detalhe do ocorrido. Não é aceitável ambiguidade, não há espaço para privilégios e ninguém pode receber tratamento desigual. Ministro Moraes, o senhor precisa se posicionar, a nação aguarda suas explicações", pronunciou.

A pressão exercida pela parlamentar emerge subsequentemente ao ministro André Mendonça, responsável pelas apurações vinculadas ao Banco Master no STF, ter divulgado partes da investigação na terça-feira anterior. Mendonça também recomendou que o Plenário da instituição delibere sobre a conduta de Moraes.

A Polícia Federal reuniu evidências que incorporam correspondências, arquivos e dados recuperados do dispositivo móvel de Daniel Vorcaro. O acervo identificado abrange comunicações atribuídas ao ex-empresário e ao integrante da Corte Suprema, assim como informações relacionadas a encontros entre ambos.

O processo investigativo também examina um acordo financeiro de elevado valor celebrado entre o Banco Master e o consultório jurídico comandado por Viviane Barci de Moraes, cônjuge do ministro.

Os materiais tornados públicos estão sendo avaliados no âmbito das investigações visando esclarecer o teor das trocas comunicativas e determinar se houve eventual conivência de Moraes com benefício dos interesses vinculados ao ex-banqueiro.

Coronel Fernanda aproveitou o momento para ampliar suas demandas direcionadas à Casa Alta, enfatizando que os congressistas devem materializar suas responsabilidades constitucionais na análise de acusações contra magistrados da Suprema Corte.

"O Senado carrega responsabilidade estabelecida pela Constituição e necessita cumpri-la adequadamente. Não se configura tentativa de perseguição, mas sim investigação imparcial. Quando existem questões graves em andamento, elas necessitam ser apreciadas com rigor e prudência. É gratificante constatar que a Casa finalmente está se mobilizando", afirmou.

A deputada também se referiu ao pedido de impeachment recentemente apresentado pelo senador Carlos Viana (PSD-MG), que questiona suposta conduta criminosa ligada a eventual favorecimento de Vorcaro por parte de Moraes.

A denúncia argumenta ser imprescindível verificar se o magistrado empregou suas atribuições funcionais com intuito de favorecer o ex-empresário. Entretanto, qualquer medida disciplinar fica condicionada ao resultado das investigações e à corroboração das alegações.

Ao se manifestar sobre o progresso dos processos investigativos, Coronel Fernanda externalizou sua crença de que os acontecimentos serão integralmente revelados, realizando uma declaração enfática sobre a continuidade das apurações.

"A justiça está em movimento. Ela se demora, todavia não falha. Tenho confiança genuína nisso. Reconheço que a justiça divina representa a forma mais legítima e fidedigna de julgamento que existe", concluiu.